

SOARES, Luiz Carlos. A guerra capitalista permanente. In: SOARES, Luiz Carlos; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Reflexões sobre a guerra*. Rio de Janeiro, FAPERJ – Editora 7 Letras, 2010.

SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

SUN TZU. *A arte da guerra*. Porto Alegre: L&PM, 2000.

WRIGHT, Quincy. *A guerra*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2008.

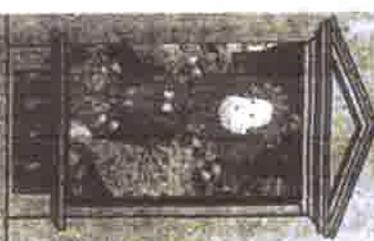
ZEA, Leopoldo. El descubrimiento de la América y la universalización de la historia. In: \_\_\_\_\_ (Org.). *El descubrimiento de América y su impacto en la historia*. México: Fondo de Cultura Económica, 1991.



## Capítulo 7

# História e cultura material<sup>1</sup>

Marcelo Reda



Entre a história e a cultura material, as relações oscilaram da precariedade à rejeição; o divórcio é antigo, profundo e difícil de superar, e a constatação tem ao menos um duplo sentido. Em geral, os historiadores desprezaram ou falharam em considerar adequadamente as articulações entre a vida social e a materialidade; e, apesar de sua grande diversidade, raramente as teorias acerca da experiência histórica reconheceram a importância da dimensão material da existência humana. Em segundo lugar, a historiografia foi tímida ou totalmente inapta em incorporar as fontes materiais ao seu processo de geração de conhecimento. Debeu e por vocação sedimentada, optou por privilegiar as fontes escritas de toda espécie, conferindo à cultura material, no melhor dos casos, um papel ilustrativo ou de corroboração. Além disso, vale acrescentar que, no sentido inverso, a simulação não é melhor, visto que, em muitos domínios – na arqueologia e na história da arte, também na antropologia e nos estudos da tecnologia, entre outros – as análises centradas na cultura material debruçaram-se excessiva ou exclusivamente sobre os atributos físicos dos objetos, suas características técnicas ou plásticas, marginalizando dimensões fundamentais caras à abordagem historiográfica, como o contexto social e a dinâmica temporal. Os resultados foram, por vezes, muito precisos quanto a formas e estilos, matérias e técnicas, tipologias e seriações, mas frequentemente decepcionantes para se entender historicamente as sociedades.

Os problemas situam-se, assim, tanto no nível ontológico da consideração sobre a natureza das sociedades, como no nível epistemológico das condições de construção de um saber histórico sobre elas. Ambas as deficiências estão intimamente ligadas, e enfrentá-las implica um esforço duplo: a reconsideração das noções acerca da materialidade do social e, igualmente, a proposição de abordagens que permitam a definitiva integração da cultura material na operação heurística da historiografia.

<sup>1</sup> Gostaria de reconhecer minha enorme dívida com Ulpiano Bezerra de Menezes, pioneiro dos estudos de cultura material entre nós. Sem seus ensinamentos, suas orientações de leitura e suas próprias reflexões, este texto não teria sido escrito.

Nas ciências humanas, muitas foram as tentativas que, com maior ou menor sucesso, procuraram mobilizar as realidades físicas (dos artefatos às paisagens; dos corpos às estruturas urbanas) para a produção de conhecimento. Significativamente, os principais esforços deram-se à margem da historiografia, e essas trajetórias múltiplas, em que é possível reconhecer linhagens evolutivas, rupturas e contribuições mais ou menos avulsas, serão objeto de nossa primeira parte; em seguida, trataremos de refletir sobre as possibilidades de uma abordagem apta a resgatar da penumbra a incontornável materialidade em que se lastreia a organização das sociedades; e, por fim, apontaremos algumas condições necessárias ao uso da cultura material como fonte histórica.

## A cultura material nas ciências humanas: abordagens e tendências

Sem desconsiderar os precedentes que indicam um interesse pontual ou preparam o terreno para o que viria em seguida (cf. Schnapp, 1993), pode-se dizer que o século XIX viu emergir uma noção mais formalizada de cultura material, entendida como um amplo segmento de realidades físicas definidas por sua inserção na atividade humana. Desde logo, portanto, a natureza cultural da ação do homem impunha-se como critério fundamental, que servia, inclusive, para distinguir, no infinito campo das coisas materiais, os elementos a serem considerados propriamente parte da experiência social e, consequentemente, foco da atenção do estudioso. Do ponto de vista deste, a cultura material era, principalmente, toda sorte de matéria processada pelo homem e que lhe podia fornecer informações sobre a evolução cultural, e foi esse o espírito que marcou as primeiras definições de artefato na arqueologia ou na antropologia. Do mesmo modo, a ênfase na aplicação da técnica sobre a matéria forneceu as bases para a abordagem evolutiva que fez da narrativa da trajetória das sociedades, uma sucessão ascendente de estágios tecnológicos, sendo como exemplo precoce e representativo o modelo das três idades – Pedra, Bronze e Ferro – formulado por volta de 1850.

Por sua própria sinuação histórica, o século XIX foi marcado por uma aguçada sensibilidade com relação aos ingredientes materiais da trajetória social (o que foi válido, igualmente, para a vida biológica da espécie, como mostram os primeiros passos da teoria da evolução, com Darwin e outros). Por um lado, a Revolução Industrial conformou parte da Europa com um inédito volume de bens, caracterizados por serem produtos mercantis e levaram consigo as marcas de um fabuloso processo tecnológico, por circularem em um mercado em consolidação interna e expansão em escala mundial, por serem parte de um circuito de descarte, substituição e superação pela inovação nunca antes conhecido em tal velocidade, por representarem, enfim, a materialização de um ideal de progresso socialmente valorizado. É difícil pensar as primeiras reflexões sobre esse novo mundo, inclusive as de Marx, sem o impacto, e eventualmente o mal estar, gerado pelo espetáculo de produção, circulação e consumo que o homem oitocentista tinha diante dos olhos. Por outro lado,



a colonização pós os europeus em contínuo contato com populações disantes, sobretudo africanas, asiáticas e da Oceania. À antropologia emergente, que acompanhou de perto e fez parte do processo de expansão, coube o esforço intelectual de inserir tais sociedades, vistas como “primitivas”, em uma linhagem evolutiva que tendia a ser universalizante e situava a Europa no cume civilizacional. O grande fluxo de objetos – machados, canoas, torens, vasilhas, colares, arcos, plumagens etc. –, que formou e enriqueceu as coleções das metrôpoles, serviu de base material às interpretações dos estudiosos, uma vez que esses objetos tornavam-se decisivamente dados acerca das formações sociais e de seu posicionamento em uma escala considerada científica, bem como ofereciam as provas palpáveis de muitas das proposições correntes na teoria cultural contemporânea, de Henry Lewis Morgan a Edward Tylor.

O ganho de potencial explicativo dos objetos é, aliás, notório. Nos séculos anteriores, os gabinetes de curiosidades haviam sido regidos pela busca do extraordinário, do que se afastava das categorias convencionais pela forma exótica, pela singularidade, pela distância com relação ao mundo “normal”. Diferentemente, nas coleções etnográficas do século XIX, impera a lógica da taxonomia, o estabelecimento de padrões que permitiriam conferir credulidade às ideias sobre a organização social dos povos sob observação dos estudiosos europeus. Um veemente cientifismo orientou todo o esforço e fez buscar inspiração nas ciências naturais, já bem avançadas em termos de critérios de verificabilidade do saber, e uma das consequências institucionais dessa lógica foi o fato de as coleções etnográficas serem abrigadas nos museus de história natural. Foi assim que as estratégias da geologia, as mutações dos fósseis na biologia ou os estudos estilísticos da tecnologia, por exemplo, ofereceram os princípios ordenadores das coleções etnográficas, das escavações arqueológicas, os estudos da “arte primitiva” e, mais geralmente, das ciências humanas (Buchli, 2004a, p. 180; Hicks, 2010, p. 30-ss.).

O colecionismo etnográfico que marcou a formação da antropologia não perdurou, pelo menos não como norreitor da nova disciplina. Há, aqui, uma primeira coisa importante, que já se verificara na historiografia: nesta, a eleição das sociedades detidas de escrita como zona de interesse e, consequentemente, a afirmação do *status* privilegiado do documento escrito, prolongavam uma herança secular proveniente da exegese bíblica e da erudição dos estudos textuais greco-latinos. Uma divisão do trabalho impôs-se, fazendo as sociedades sem escrita migrarem para a órbita dos arqueólogos e dos pré-historiadores. Na antropologia, a tendência inicial – que teve em Pitt Rivers um marco, visto que seus trabalhos foram intensamente lastreados nos estudos empíricos dos objetos e sua coleção etnográfica tornou-se um museu homônimo, na Universidade de Oxford, em 1884 – cedeu lugar à era de monografias sobre a organização social dos agrupamentos humanos. O estudo dos objetos foi paulatinamente marginalizado e circunscreveu-se ao universo dos museus, no qual permaneceram a lógica da coleta, da classificação e de análises cujo escopo eram os próprios artefatos, os quais não deixaram, aliás, de cumprir, nas exposições, sua função de

toriar visível e tangível o espetáculo programático em que a Europa e, na sequência, os Estados Unidos reforçavam a superioridade de sua identidade civilizada, herdeira direta de algumas grandes civilizações de outrora, como os gregos e os romanos, em oposição a povos que, no passado ou no presente, situavam-se em escala inferior ou nas bordas da linha dominante do progresso. Do mesmo modo, o campo do folclore foi, durante grande parte do século XX, um refúgio de estudos da cultura material, sobretudo das camadas populares, cuja pretensão só raramente ultrapassou os limites das propriedades empíricas para investir em uma perspectiva historicamente empobrecida, nas formas de vida cotidiana.

Nas décadas iniciais do século XX, as obras de Bronislaw Malinowski, Alfred Radcliffe-Brown, Franz Boas e de grande parte da antropologia anglo-saxônica privilegiaram o trabalho de campo e consagraram temáticas como as formas religiosas ou rituais, as trocas econômicas ou simbólicas, a organização institucional, sem falar no mito e no parentesco, que se impunham rapidamente como problemas condutores da disciplina. O deslocamento foi amplo e coincidiu, *grasso modo*, com a passagem de uma perspectiva difusionista (em que a identificação da origem e o acompanhamento da migração das técnicas a partir da análise dos objetos eram centrais) para a abordagem funcionalista (que enfatizou os comportamentos sociais captados pela “observação participante”, sem grande intermediação dos documentos materiais). Se acrescentarmos que, nos passos subsequentes, a grande influência da antropologia francesa de Émile Durkheim e de Marcel Mauss impôs uma concepção de “fato social” amplamente abstrata, institucional e relacional, além de priorizar uma abordagem mais conceitual, entenderemos por que, durante a primeira metade do século XX, a cultura material permaneceu à margem das vias predominantes nas ciências sociais.

Como era de se esperar, as coisas materiais permaneceram no centro da arqueologia. A situação foi, contudo, bem variada. Uma vertente tradicional dominante prolongava a visão centrada nos objetos, e sua contribuição maior foi estabelecer – com grande rigidez – de passagem – as relações entre os materiais arqueológicos e os perfis culturais a que pertenciam, afinando a cronologia e a distribuição espacial dos achados. Travava-se, contudo, de uma arqueologia pouco afeta à interpretação do sistema social e de suas mutações, mas houve, porém, esforços alternativos, por exemplo: as décadas de 1930 e 1940 viram o aparecimento das teorias de Vere Gordon Childe sobre as “revoluções agrícola e urbana”, que mobilizavam o evolucionismo e o difusionismo, sob forte influência marxista, para explicar o processo de transição do neolítico e o aparecimento das sociedades complexas no antigo Oriente Próximo. E, sem dúvida, o exemplo maior de um esforço analítico a partir da cultura material, mas não foi essa, todavia, a regra.

É contra o que considerava como acomodação descritiva e classificatória que a chamada *New Archaeology* se insurge nos anos 1960. Para os novos arqueólogos, a equação entre tipologias de objetos e culturas ou “povos” parecia simplista e insuficiente, e a ambição ampliava-se no sentido de considerar a arqueologia não apenas uma técnica de obtenção de informações, mas uma verdadeira ciência social, cujos esforços deveriam explicar os processos de trans-



formação das sociedades: daí a designação arqueologia processual. Uma especial atenção foi dada às articulações do grupo com o meio ambiente e ao papel da cultura, inclusive a material, como mecanismo de adaptação. Lewis R. Binford, o patrono da nova escola, em um artigo de 1962, intitulado “*Archaeology as anthropology*”, já enunciava a íntima relação entre os dois campos: em na antropologia (particularmente, em uma antropologia cultural nos moldes de Leslie White) que os arqueólogos deveriam buscar as ferramentas teóricas para explicar, para além do registro material do sítio, o funcionamento dos agrupamentos humanos, a fim de entender como e por que os comportamentos culturalmente moldados dos agentes eram o que eram (Watson, LeBlanc, Redman, 1971).

O advento da *New Archaeology* teve o efeito de uma estrondosa mudança de paradigma, potencializada pelo forte caráter panfletário de seus proponentes, e provocou reações à altura do impacto, tanto favoráveis como críticas. Para os dois polos da equação que nos interessa aqui – a cultura material e a história –, limitemo-nos a apontar algumas implicações. A primeira delas talvez seja um ganho positivo e praticamente inédito no que diz respeito à formação do próprio campo documental. Habitualmente, os objetos singulares e o conjunto do sítio haviam sido tomados como um dado estático, sem qualquer reflexão consistente acerca da transformação que os levava de realidades vivas, funcionando em um contexto social, até um depósito arqueológico. A *New Archaeology* introduziu uma preocupação fundamental com a compreensão do registro material: as reflexões sobre a trajetória de artefatos e estruturas até a formação do sítio foram amparadas pela observação etnográfica da utilização (incluindo os padrões de descarte) dos elementos materiais nas sociedades vivas, a etnoarqueologia. Do mesmo modo, experimentações laboratoriais visando verificar o comportamento físico dos materiais e dos processos de decomposição e preservação permitiram afinar o entendimento do universo residual que o pesquisador tem sob os olhos. Buscava-se, assim, não apenas entender melhor o campo heurístico da disciplina, mas também assegurar bases mais sólidas para o raciocínio explicativo que pressupunha deslocar a atenção do sítio arqueológico como *locus* documental para o assentimento como *locus* sociológico de atividade humana (David, Kramer, 2001). Trata-se de um postulado que pode ser generalizado, com ganhos evidentes, para todo o campo da cultura material.

Quanto à história, de certo modo, a *New Archaeology* reagiu a uma perspectiva tradicional, que privilegiava as configurações “civilizacionais” e as sucessões cronológicas. A isso opôs uma ênfase no sistema cultural, no sentido antropológico da expressão, e na articulação entre os subsistemas tecnológicos, econômicos, sociais etc., e buscou, igualmente, uma apreciação holística das sociedades, conferindo importância aos mecanismos de interação entre homem e ambiente, em dispersão neoevolucionista, muito em voga na antropologia norte-americana dos anos 1960.

Diante de uma narrativa meramente descritiva e que privilegiava os eventos idiossincráticos a partir de indústrias documentais (que identificava como marca da historiografia, não sem certo exagero militante), a *New Archaeology* opôs um viés analítico, amplamente

bassado nos modelos dedutivistas das ciências sociais, inspirados, por sua vez, nas ciências naturais. Dois efeitos colaterais devem ser notados pelo historiador: em primeiro lugar, o esvaziamento da diacronia, a diminuição da capacidade de perceber e explicar a dinâmica de mutação social em benefício de uma visão mais sistêmica e estrutural, o que permitiu até mesmo a caracterização da arqueologia processual como anti-histórica e, em segundo lugar, uma marginalização das dimensões ideológicas da realidade, dos sistemas simbólicos. A pouca importância conferida pela primeira geração de novos arqueólogos às representações sociais em geral será, de fato, essencial para se entender os desdobramentos da *New Archaeology* e as novas tendências nos estudos da cultura material.

Os sinais de uma guinada profunda na consideração da cultura material já se acumulavam desde fins da década de 1960 e provinham das influências conjuntas do estruturalismo de Lévi-Strauss e da semiologia de fundamentação linguística de Ferdinand de Saussure. Os autores franceses foram precursores do movimento: as obras de Jean Baudrillard (*Le système des objets*, de 1968) e de Abraham Moles (*Théorie des objets*, de 1972), malgrado muitas diferenças, compartilhavam a intenção de descrever o papel das coisas materiais na sociedade de consumo moderna e, sobretudo, a valorização da função signica dos objetos. Nessa perspectiva, a cultura material é equacionada a um sistema de comunicação por meio do qual as sociedades criam e expressam conteúdos discursivos de modo semelhante ao que ocorre com os códigos verbais. As ferramentas analíticas da linguística são consideradas, por decorrência, as mais bem capacitadas a deslinhar seu sentido, que se apresenta, agora, como o verdadeiro objeto de estudo, independentemente do fato de seu suporte ser material, iconográfico ou verbal. Assim, o mesmo panssemionismo que colocava positivamente o problema dos significados na agenda das humanidades contribuía, desde o seu início, para diluir as especificidades dos diversos mecanismos discursivos sob a pretensa homogeneidade de uma gramática geral.

Os dois elementos anteriores – o foco em sociedades mais contemporâneas e a abordagem semiótica – penetraram também na arqueologia. Para citar um pioneiro, o trabalho de James Deetz sobre a cultura material do passado colonial norte-americano (*In small things forgotten: an archaeology of early American life*, publicado em 1977) não visava unicamente à reconstrução de visões de mundo comunitárias a partir de artefatos que haviam merecido dos folcloristas tradicionais e dos estudiosos das artes decorativas e da arquitetura vernacular somente uma atenção classificatória e pouco interpretativa; também incitava os arqueólogos a explorar perfis cronológicos e sociais antes reservados a historiadores que se limitavam à documentação escrita. Abria-se, assim, o caminho para a consolidação da arqueologia histórica, o que permitia superar algumas dicotomias sedimentadas, mas improdutivas; isto é, o estudo das sociedades modernas e contemporâneas podia, do mesmo modo que os grupos pré-históricos ou as civilizações antigas, beneficiar-se da análise da cultura material (cf. Orser, Hagan, 1995).



Não é exagero dizer que, nos anos 1970, a cultura material impôs-se à atenção de vários domínios, dos *American studies* à sociologia do consumo, amalgamando tendências que contemplavam o crescente interesse pelas rotinas cotidianas, pelo compartilhamento de valores menos evidentes ou formalizados e pelos comportamentos das camadas baixas da escala social (Harvey, 2010, p. 3), como prova de que as preocupações acerca da cultura material não se limitavam às tribos dos antropólogos ou às sociedades desaparecidas dos arqueólogos. A consolidação de uma sociedade de consumo de massas, após a Segunda Guerra Mundial, já incitava os estudiosos a considerarem, na análise social, o universo das coisas materiais, particularmente em sua forma de mercadorias. Agora, a preocupação com os sentidos simbólicos do consumo é que se apresentava, até certo ponto, como novidade. Outra mudança foi o deslocamento de foco do processo produtivo e da circulação – até então, no centro das atenções da economia e da sociologia, tanto clássica como marxista – para o consumo, entendido não somente como ato final da cadeia produtiva, voltado a suprir necessidades, mas também o momento de recepção de mensagem e expressão de valores em um sistema de comunicação. Mary Douglas e Baron Isherwood, em trabalho igualmente pioneiro, de 1979, buscaram, justamente, avançar sobre os aspectos do consumo que haviam permanecido obscuros nas tradicionais teorias sociológicas (em que pesem as precoces e instigantes proposições de Thorstein Veblen sobre o dispêndio conspicuo como marcador de classe, datadas de 1899), tais como as formas de construção da personalidade e da identidade social por meio do consumo de bens ou, ainda, os aspectos rituais que, longe de serem confinados às sociedades ditas “primitivas”, permitem ao consumidor moderno posicionar-se em um sistema desenfreado e emocionalmente desestabilizador de movimentação capitalista de bens (Douglas; Isherwood, 1996).

A consideração do consumo como ato social criador de sentidos marcará intensamente a antropologia do consumo nos anos 1980 e 1990, reforçando a dimensão semiológica dos estudos da cultura material das sociedades modernas e contemporâneas. Na visão de um de seus principais expoentes, Daniel Miller, o consumo é um fenômeno de interpretação, de geração e apropriação de sentidos mediante a mobilização dos bens em um mercado de escala abrangente; um fenômeno, portanto, de massas, que não se limita às preferências, aos gostos e escolhas de uma elite; um fenômeno, enfim, que deixa de ser visto com a desconfiança própria de alguns economistas das décadas precedentes, que o consideravam como fundamento do processo de alienação, para ser tratado em sua natureza criadora e positiva (Miller, 1987).

De modo semelhante, no campo da psicologia social insinuou-se sobre os papéis da cultura material na produção social do indivíduo, inclusive como elemento de estabilização do eu. Já que, por definição, a cultura material é dotada de uma fisicalidade relativamente fixa e duradoura, capaz de garantir constância das relações em face da dependência psíquica de bens e da necessidade de ancoragem da personalidade por meio de aquisição, posse, uso, dispêndio, exibição etc., o estudo das interações entre o indivíduo e a sociedade

por intermédio da cultura material permite acesso a importantes fenômenos, normalmente desprezados pelas ciências sociais (Sakszenmihalyi, 1993). Um aspecto a ser salientado é justamente a tendência à superação de uma visão mais restritiva, mas com largo curso na disciplina psicológica, que tende a encapsular os problemas anteriormente mencionados na esfera do indivíduo. O que se vê, cada vez mais, é, pelo contrário, um questionamento das articulações sociais que confluem a expressão individual e, ao mesmo tempo, dos mecanismos pelos quais os indivíduos constroem imagens de auto-definição a partir dos referenciais exteriores, inclusive materiais (Dittmar, 1992).

Paralelamente, a reação à *New Archaeology* ou arqueologia processual foi igualmente caracterizada pela influência das abordagens linguisticamente orientadas e pelo foco no universo dos significados. Mais do que elemento de adaptação na relação com o meio, com funcionalidades sobretudo técnicas e econômicas, a cultura material passou a ser considerada prioritariamente em virtude de seu potencial de criar e comunicar sentidos, ou, em outras palavras, pela sua discursividade. Há, entretanto, outros elementos de contribuição: já nos inícios da década de 1980, Ian Hodder – autor que, na sequência, terá grande papel como teórico da arqueologia pós-processual – pressentia os limites dos modelos estruturalistas, excessivamente estritos, quanto à análise da dinâmica histórica, o que levava a uma corrente a buscar, em autores como Pierre Bourdieu e Anthony Giddens, uma teoria da prática social apta a conferir aos indivíduos capacidades de atuação e interações mais ativas com as estruturas estabelecidas, bem como a uma aproximação com a historiografia dos *Aristóteles*, que começava a conferir maior destaque aos estudos dos fenômenos representacionais (Hodder, 1982). Predominou, em todo caso, a analogia entre a cultura material e o texto, e suas implicações no nível metodológico, isto é, a utilização das ferramentas da linguística e da semiótica para a “leitura” dos elementos materiais. A cultura material é, doravante, uma linguagem cujo código precisa ser decifrado. A metáfora textual imperou amplamente nas variações posteriores dos estudos de cultura material, seja na arqueologia (além de Hodder, Christopher Tilley e Michael Shanks, por exemplo; cf. Tilley, 1990), seja na antropologia (com o já citado Miller, cf. Miller, 1998).

No mais, sob a influência da hermenêutica e da fenomenologia, e de autores como Derrida e Foucault, a explicação lastreada em modelos científicos objetivos cedeu lugar à interpretação, noção mais fluida e que permitia abordagens multifocais, contemplando percepções diferenciadas, inclusive culturalmente. Questionava-se, assim, do ponto de vista ideológico e também político, a imposição de uma visão única de ciência, por demais unívoca, por demais eurocentrada. Do mesmo modo, a confiança de que dados objetivos podiam ser confrontados para verificar a validade de hipóteses explicativas que norteava a arqueologia processual foi seriamente posta em questão pela convicção dos pós-processualistas de que os registros materiais são suficientemente ambíguos e que sua percepção depende de variantes subjetivas e culturais, em um processo cognitivo no qual são construídos os elementos de compreensão do objeto. O objeto deixa, portanto, de ser um dado inerte a

ser capturado para ser visto como resultado da intervenção do sujeito, de modo similar aos significados criados pelos leitores na interação dinâmica com o texto. Não se tratou, portanto, de um caso isolado, senão da irremediável conexão de várias disciplinas ao ambiente intelectual influenciado pelo *linguistic turn*, sobretudo a partir dos anos 1980. As críticas a que deu ensejo tal perspectiva serão retomadas na segunda parte deste capítulo.

Embora predominantes, a consideração da cultura material como natureza discursiva e a preocupação com os fenômenos simbólicos não foram exclusivas, e valeria citar uma vertente francesa que procurou recuperar aspectos da materialidade das coisas, particularmente em sua relação com a corporeidade dos agentes humanos (Jean-Pierre Warnier (Warnier, 1999) propõe resgatar uma sugestão de Marcel Mauss que, imprecisadamente, tivera pouca repercussão na antropologia francesa: em um texto de 1936, no *Journal de Psychologie*, Mauss procurava estabelecer as bases de uma análise dos hábitos e posturas corporais. Embora Mauss mencionasse distanciar-se de abordagens tradicionais da arqueologia ou dos estudos de tecnologia, centradoss nas técnicas de utilização dos instrumentos, e preferisse enfatizar as “técnicas do corpo”, Warnier considera que a dicotomia era mais pedagógica do que ontológica, e que o esforço do antecessor preparava o terreno para um exame das práticas sociais a partir das articulações entre o corpo e a cultura material. Não se trata de focar apenas nas situações em que o corpo manipulava diretamente as realidades físicas, mas também de inserir no campo de observação as relações menos perceptíveis no cotidiano, como a disposição espacial dos elementos no ambiente frequentado pelo corpo. A noção de motricidade insiste, assim, sobre o fato de que a conduta corporal não se dá em um vácuo, mas em função de parâmetros materiais, que oferecem possibilidades e impõem limites. Mais ainda, na concepção defendida por Warnier, não se trata de analisar dois polos distintos, que se definem pela exterioridade de um em relação ao outro; pelo contrário, o universo material pode ser considerado parte da própria corporalidade, em uma síntese que, longe de ser estática, implica interação dinâmica entre corpo, espaço e objetos, daí o foco da análise ser o processo de incorporação, entendida como a apropriação do universo físico mediada pelo corpo.

Trata-se de uma apropriação múltipla, que se desdobra em dimensões psíquicas, sociais e biológicas, e, na concepção de Mauss, encampada por Warnier, é o sujeito que opera as articulações: se a sociedade estabelece os esquemas de referência para que o indivíduo se posicione diante do coletivo, a psicologia individual fornece os mecanismos de interação entre o sujeito corporal e a sociedade. Assim, para o estudioso, o que interessa prioritariamente é o modo singularizado pelo qual o sujeito se apropria das diversas variantes e re-produz, à sua maneira, a existência. Reconhece-se, aqui, um afastamento em relação a todo determinismo (presente em diversas versões do marxismo) e também diante do postulado de uma homologia entre as estruturas (como no conceito de *habitus* de Pierre Bourdieu). Reconhece-se, igualmente, um distanciamento da linguagem que, na antropologia francesa de Durkheim a Lévi-Strauss, priorizara as representações partilhadas, expressadas discursivamente em detrimento de outras dimensões da ação social. A atenção às práticas exercidas

pelo corpo e fundadas na materialidade dos objetos permitiria, senão uma superação, ao menos uma complementação das análises discursivas.

É difícil fazer uma avaliação das abordagens dispensadas à cultura material no âmbito da historiografia, uma vez que os contextos foram esporádicos e fragmentários, e nada equivalente aos debates arqueológicos ou antropológicos ocorridos entre os historiadores. Tomemos um caso que pode ser ilustrativo da situação de precariedade: a escola dos *Annales*. Não por esta ser representativa da totalidade da disciplina – o que seria um julgamento bastante errôneo, de certo modo estimulado por sua ampla difusão entre nós –, mas porque, tendo sido os *Annales* um cenário de experimentos metodológicos e de intensas discussões teóricas, seria de se esperar que, entre os seus praticantes, a cultura material tivesse sido considerada seriamente como elemento da operação historiográfica. Nada, porém, seria mais falso, e os exemplos que podem ser evocados reforçam essa inquietação. Ninguém deixará de lembrar, é verdade, a contribuição de Hernand Braudel em seu monumental *Civilisation matérielle, économie et capitalisme*, de 1979, no qual há decisiva inserção nos horizontes de uma história socioeconômica da dimensão palpável dos bens que a compunham. Mas trata-se, sobretudo, de uma incorporação temática, de uma atenção que realça os elementos materiais por trás das noções abstratas de capitalismo, mercadoria, circulação etc., sem implicar, porém, uma análise da cultura material propriamente dita, sem fazer dela uma fonte documental com direito à plena cidadania. No ano anterior, 1978, na obra coletiva organizada por Le Goff, Chartier e Revel, e que faz às vezes de um manifesto do grupo, o capítulo dedicado à cultura material, de lavra de Jean-Marie Pesez, limita-se a saudar a conveniência de um aumento dos *corpus* documentais pela inclusão da cultura material e das possibilidades novas que se abrem com ela, mas sem fornecer nenhuma orientação de tratamento mais consistente, nenhuma reflexão acerca das implicações teóricas ou das necessidades metodológicas decorrentes; parece que se confia, muito simplesmente, na transposição mais ou menos genérica dos procedimentos arqueológicos para o campo historiográfico (Pesez, 1978).

Nos anos seguintes, muitos trabalhos, genéricos ou mais monográficos, indicam que o apelo da *Nouvelle histoire* pela renovação das temáticas, incluindo a cultura material, foi atendido sem que, para tanto, fosse necessária uma reformulação profunda do arsenal analítico do historiador. O livro de Daniel Roche sobre o aparecimento das formas modernas de consumo é bem característico: uma forte atenção ao universo das coisas materiais e de seus papéis no jogo das novas socialidades que emergem na época moderna (algo já bem explorado pela obra de Michel de Certeau) convive com uma metodologia tradicional, fundada sobretudo na documentação escrita (Roche, 1997). Em outro caso bem conhecido, a inclusão de um tipo particular de segmento material, o iconográfico, pelos trabalhos de Michel Vovelle orientava-se, antes de tudo, pela ampliação do rol de fontes consideradas de maior potencial para abordar os fenômenos de mentalidade e suas temáticas conexas, como as visões acerca da morte, mesma lógica que, aliás, o levava a apontar fortemente nos registros

cartoriais (Vovelle, 1974). O impacto da renovação do repertório temático sugerido pelo autor – e acompanhado por muitos de seus colegas dos *Annales* – é limitado, entretanto, pela reprodução de um método semiótico que pouco contribuía para a renovação da análise iconográfica no campo historiográfico, mesmo que se considere um avanço outro ponto enfatizado por Vovelle: o tratamento serial.

Nesse aspecto, a nova história francesa não se distinguiu muito da situação geral da historiografia, uma vez que houve pouco empenho em refletir sobre as dimensões materiais da organização social e rapidez para inscrever a cultura material na operação historiográfica. A seguir, abordaremos, sucessivamente, esses dois temas.

## Materialidade e sociedade

Um problema fundamental para avaliar as possibilidades de relação entre história e cultura material repousa na própria apreciação da dimensão material da realidade social. Como se dá a existência material desse conjunto de ações e de relações que chamamos sociedade? Um tanto paradoxalmente, a natureza física dos fenômenos humanos é tão ubíqua e impositiva que tendemos a negligenciá-la como um dado óbvio. No entanto, a começar pela própria constituição corporal – deste corpo que é o primeiro patamar físico com o qual lidar e do qual ter consciência –, passando pela paisagem, natural e artificial, e pela plethora de objetos, instrumentos, máquinas etc., a totalidade da ação humana é dotada de dimensão física, ou, em outras palavras, a materialidade é subjacente à vida biológica, psíquica e social. A banalização dessa fisidade traz consigo, porém, o risco de sua desconsideração no nível cognitivo. Vocacionadas a tratar de relações sociais, de ações humanas e de fenômenos abstratos (ainda que estes remettessem à mais palpável concretude), as ciências sociais repeliuam, cada qual a seu modo, a tendência à desmaterialização de seus objetos.

O problema se insere na longa tradição, no pensamento ocidental em geral, não somente de um dualismo entre a materialidade e a imaterialidade (que se manifesta diversamente: material *versus* ideal; matéria *versus* mente; sensorial *versus* abstrato, e assim por diante), mas também de uma hierarquização que confere *status* superior ao segundo termo da equação em detrimento do primeiro, com repercussões importantes na forma como percebemos o mundo (Prown, 1982, p. 2). De fato, em ampla medida, a marcha triunfante do *linguistic turn*, nas últimas décadas do século XX, e suas manifestações no campo da antropologia simbólica, da arqueologia pós-processual e do multiculturalismo em geral – com sua ênfase nos discursos, nos significados e nos fenômenos representacionais, e sua aposta em instrumentos analíticos linguísticos e na interpretação subjéctiva – lançavam razes em terrenos profundos do pensamento idealista (Boivin, 2008, p. 13). A precedência é conferida ao pensamento, que, por sua vez, é concebido como instância em que se gera o comportamento, e somente a partir daí a interação com o mundo material entra em linha de consideração, situando-se no final da cadeia: pensamento-comportamento-matéria. Reproduz-se, assim, o dualismo cartesianiano e algumas de suas implicações ao se separar

conceitualmente, de um lado, a mente, o pensamento, a linguagem e, de outro, o corpo, a prática e a matéria (Knappert, 2005, p. 3, 6).

Outro aspecto paralelo a ser notado é a centralidade do humano. Pode parecer natural que, nas ciências humanas, o humano ocupe um lugar que não só é axial, mas também ordenador, no sentido de estabelecer a subordinação e a posição periférica dos demais elementos. Trata-se, porém, de um antropocentrismo artificialmente construído pelo próprio sujeito do ato de conhecimento, e não de uma condição inscrita na própria realidade. Além disso, o "homem" de que estamos falando é uma entidade abstrata, conceitual, apartada de sua própria materialidade, inclusive corporal, e posto à margem e acima do mundo animal no interior do qual deveria ser considerado. É um homem supra-orgânico e supramaterial a partir do qual foram construídas as noções teóricas de sociedade e cultura, assim como seus contrapontos necessários: o animal, o material, o natural (Boivin, 2008, p. 15).

A superação dessa situação constitui a principal e mais recente fronteira do debate sobre a cultura material, particularmente intenso a partir dos últimos anos do século XX. O movimento de reação é amplo, pois se trata de, diante das ciências humanas humanizadas em demasia, resgatar as dimensões biológicas e ecológicas do homem e, para o que mais nos interessa aqui, reconsiderar o social em sua interação com a materialidade. Ao império do *linguistic turn* opõe-se, pois, um *material turn*. Em vários domínios, o culturalismo, que tendia a desmaterializar os objetos (também entendidos como objetos de estudo), foi confrontado por apelos no sentido de uma rematerialização dos objetos de estudo, da formulação de teorias orientadas pelos objetos, da valorização dos atores não humanos, fossem eles animais ou materiais, da superação da oposição entre coisas e relações, enfim, da incorporação das fontes materiais no processo de conhecimento (cf. Hicks; Beaudry, 2010, p. 3). Por extensão, propugnou-se abordagens que fossem além da analogia textual para a compreensão do papel das coisas materiais, não apenas em virtude dos limites metodológicos intrínsecos que uma semiologia de origem linguística apresenta ao ser aplicada à cultura material (ou às imagens), mas também porque, ontologicamente, tal concepção situava o processo de significação em uma sede cultural autônoma, desencarnada dos elementos (físicos, imagéticos) que vetorizavam os sentidos. Atacava-se, assim, a ideia de que a interação com o universo físico seria secundária, um ato que apenas concretizava uma comunicação formulada em uma instância puramente mental, na qual os significados eram culturalmente compactados (Olson, 2003, p. 88).

Vê-se bem que, na base de todas as dificuldades, há a recorrente cisão entre, de um lado, a cultura ou a sociedade e, de outro a matéria. Mais ainda, vemos que toda uma tradição localizou o princípio ativo, gerador da ação humana, em uma esfera altamente mentalizada de padrões culturais ou de interações sociais amplamente abstratas. A cultura material foi, assim, reduzida à passividade, isto é, não sendo dotada de capacidade de ação por si só, é somente o reflexo, fisicamente concretizado, dos impulsos de uma matriz que a precede e que lhe é exterior. Se voltarmos, como um exemplo, ao problema do sentido, reencontrare-

mos a oposição entre a representação conceitual do significado, atributo de uma imaneente inteligência humana, e as decorrentes manifestações materiais do significante. A precedência e a ascendência do mental sobre o natural só pode ser, portanto, superada se aceitarmos que a própria formulação conceitual (de valores, significados etc.) se dá na interação com a materialidade e que, em um quadro de relações complexas, as capacidades de atuação não se limitam exclusivamente aos atores humanos. Também as coisas são dotadas de animação, também elas exercem força motriz, também elas atuam socialmente, conformando um quadro de referências possibilidades e limites ao agente humano, independente de este ter consciência disso ou não. Longe de ser passivamente estruturada pelo homem, a materialidade, pela sua própria fisicidade, age como estruturante da ação humana, e a propriedade de agir, a aptidão a operar (expressas, normalmente, pelo termo *agency* na literatura em língua inglesa), antes reservadas ao humano, estendem-se agora à cultura material, sugerindo uma articulação, e por que não dizer, uma coexistência mais simétricas entre as várias dimensões da realidade. É nessa convivência que matéria e sociedade criam-se mutuamente (Hicks; Beaudry, 2010; Olson, 2003; Boivin, 2004 e 2008).

Essas são propostas recentes no campo de estudos da cultura material, o que torna compreensível a pouca teorização a seu respeito. Em alguns outros campos, todavia, o mesmo impeto já tem uma trajetória mais consolidada, apontando para a formulação de sínteses, e dois deles mereciam uma rápida menção.

A partir dos anos 1990, os estudos de ciência e tecnologia foram paulatinamente fertilizados pela sociologia do conhecimento científico, e uma das consequências foi a busca de um melhor entendimento dos objetos tecnológicos e de seu papel ativo na sociedade como articuladores da ação no mesmo patamar que os agentes humanos. Tais considerações se dão, no entanto, no bojo de indagações filosóficas de fundo, e um nome central aqui é o de Bruno Latour, filósofo e sociólogo das ciências franceses (autor, entre outros, de *Never Happen Again: Essai d'anthropologie symétrique*, de 1991), que propõe que o sistema de pensamento com que estamos há muito habituados promoveu uma injustificável separação ontológica entre o humano e o não humano, elegendo o homem como medida universal e principal agente no mundo. Trata-se, porém, segundo Latour, de uma ruptura historicamente contextualizada, instaurada pela ciência moderna, embora com raízes anteriores. É a decorrência de um triunfo do humanismo que exalta, para além das fronteiras da ação social, a natureza, o mundo animal e a matéria. Nas concepções pré-modernas, pelo contrário, não se poderia identificar nenhuma distinção significativa entre pessoas e coisas, entre cultura e natureza. A Teoria do Ato-Rede (*Theorie de l'Acteur-Réseau*, mais conhecida por ANT, sigla inglesa de *Actor Network Theory*), formulada por Latour e outros, como Michel Callon e John Law, busca reordenar os elementos que compõem a realidade de modo mais equilibrado, mediante composições híbridas, que põem em interação os diversos agentes, humanos e não humanos. Mais do que agrupamentos homogêneos (a sociedade dos homens, por exemplo), que se relacionam com outros agrupamentos mais ou menos estáveis (como o

mundo dos objetos), o conjunto da realidade é visto como redes em que atores mais heterogêneos associam-se em configurações cambiantes, e as entidades, inclusive sociais, existem a partir das relações, não as precedem.

No campo do estudo das imagens, contribuições muito semelhantes se desenvolveram sobretudo a partir do trabalho pós-umo de Alfred Gell (*Art and agency: an anthropological theory*, de 1998). Imagens, para Gell, não podem ser consideradas somente como reflexos de um processo de criação e transmissão de sentidos, uma vez que elas são dotadas dos atributos da ação e são parte de um sistema que, funcionando em rede de conexões, gera efeitos concretos sobre os agentes implicados. As imagens são vocacionadas para atuar na sociedade e, pelos seus próprios atributos plásticos, intervir concretamente no curso dos acontecimentos, nos comportamentos humanos. É verdade que Gell considera a imagem (e os objetos em geral) como um agente secundário, cuja atuação se dá a partir da ação social dos humanos; no entanto, uma vez no circuito, os elementos de seu desempenho lhe são próprios, e não conferidos de fora pela percepção que os humanos têm deles. É, certamente, uma posição mais moderada do que aquela de Latour, mas aponta, *grasso modo*, no mesmo sentido, mesmo se Gell esteve mais preocupado com os modos pelos quais os objetos artísticos servem como meio da atuação dos agentes humanos.

O impacto das ideias apresentadas anteriormente alterou consideravelmente a agenda de debates no âmbito dos estudos da cultura material, deslocando a ênfase das questões simbólicas, representacionais, para o campo mais concreto da atuação das coisas materiais e da própria materialidade da sociedade. Talvez, ainda seja cedo para avaliar os benefícios de tal perspectiva e, igualmente, ponderar as críticas que já começam a deponhar, mas seria interessante, contudo, convidar o historiador a não permanecer insensível às suas implicações, pois, ao olhar para as realidades que estuda, dificilmente poderá enxergar unicamente uma atividade humana em vias de moldar e manipular um universo físico totalmente inerte; outra perspectiva e novas ferramentas de análise serão necessárias para criar um saber histórico que já não será somente, segundo a fórmula convencional, acerca do homem no tempo, mas também sobre a trajetória de uma materialidade viva.

### Cultura material: entre história e historiografia

A expressão "cultura material" é irremediavelmente ambígua e suscita problemas ao fundar-se na dicotomia entre dimensões abstratas e físicas da realidade e ao sugerir que os elementos que a compõem decorrem de um processo de corporificação de um fenômeno incorpóreo, daí o falacioso contraste com a cultura imaterial, em ambos os casos, a matriz cultural precederia sua expressão, que poderia se dar material ou imaterialmente. Uma definição conceitualmente mais adequada poderia ajudar a superar algumas dessas aporias e apontar caminhos para uma inscrição proveitosa da cultura material na operação historiográfica.



Em um texto seminal, Ulpiano Bezerra de Menezes oferece algumas balizas consistentes para o tratamento propriamente histórico da cultura material. Ao definir cultura material como todo aquele "segmento do meio físico que é socialmente apropriado pelo homem" (Menezes, 1983, p. 112), o autor enfatiza a intervenção humana que opera a socialização da materialidade. A noção de apropriação é, portanto, elemento crucial, pois é por meio dela que a sociedade, a partir de padrões culturalmente estabelecidos e compartilhados, estabelece suas múltiplas interações com o universo material, moldando-lhe a forma, conferindo-lhe papéis e atribuindo-lhe significados. Não se trata, entretanto, de um processo de mão única, pois a cultura material é entendida, a um só tempo, como "produto e vetor de relações sociais" (Menezes, 1983, p. 113): produto porque resulta da ação humana, de processos de interações sociais que criam e transformam o meio físico, mas também vetor porque constitui um suporte e condutor concretos para a efetivação das relações entre os homens. Conviria insistir sobre o fato de não haver uma relação de causa e efeito unívoca que situe as relações sociais na origem de um processo concebido abstratamente. Ao contrário, já no ato de sua concepção, o conjunto de representações, de valores e de ideias que subsidiarão as práticas sociais traz a marca de sua materialidade. Se, no campo de visão do observador, a iniciativa, a decisão de agir (a *agency*) aparece como um atributo de atores humanos, é preciso reconhecer que se trata de uma ilusão à qual fomos habituados pela excessiva concentração de nossa atenção na ação humana. A interação entre sociedade e materialidade tem mão dupla, e o conjunto de representações e práticas que constituem a ação social não é concebível sem sua dimensão física.

Também não é concebível sem sua dimensão temporal. Impõe-se, portanto, dar conta da dinâmica de transformações por que passam não somente os humanos – em sua dupla condição, biológica e social –, mas também a cultura material. Em outras palavras, longe de formar um cenário estático, também as coisas físicas têm uma trajetória, uma vida social com sucessivas mutações. Poderíamos mesmo falar, sem medo de paradoxos, de uma "biografia das coisas". De fato, como vimos, o mundo material foi considerado algo fixo, sem uma dinâmica própria, com sua única força motriz de transformação sendo imposta de fora para dentro. Nessa perspectiva, no nível analítico as coisas são percebidas em um estado mais ou menos congelado, como se sua existência em dado momento fosse parte de uma condição inerente e perene. Autores como Arjun Appadurai e Igor Kopytoff demonstram, no entanto, que tais condições são transitórias e que as qualificações predominantes em certos momentos (por exemplo, a de mercadoria) expressam estágios de um processo (Appadurai, 1986). Talvez, escrevendo na década de 1980, esses autores tenham enfatizado demasiadamente que as mutações no universo físico decorrem de atribuições de valores de um sistema cultural, mas o essencial a reter, contudo, é a extensão das dinâmicas temporais às coisas materiais.

O trabalho do historiador intervirá justamente nessa sucessão de estados da cultura material, e isso duplamente: em primeiro lugar porque, observando os contextos originais

em que as coisas tiveram sua existência social, o estudioso deve estar atento para suas mutações, para o fato de que a cultura material, em consonância com todos os demais elementos da sociedade de que faz parte, tem sua historicidade e, em segundo lugar, o próprio trabalho de análise implica uma dessas mutações, e considerar a cultura material como documento é atribuir-lhe um valor específico, de condutor de informações, situando-a, ao menos provisoriamente, em um estágio terminal. A inserção da cultura material das sociedades do passado (e também do presente) na operação de conhecimento supõe uma alteração radical na própria natureza das coisas, um esvaziamento dos predicados que lhes eram próprios nos contextos sociais e, no mesmo movimento, a atribuição de outras potencialidades, de caráter epistemológico. O documento só existe, portanto, por intervenção do historiador. Ciente dessas metamorfoses e de suas implicações, Meneses propõe o que seria o procedimento metodológico elementar, a “desdocumentalização”, ou seja, por intermédio de um ato intelectual, imaginar a cultura material reinserida em seu contexto, funcionando como coisa socialmente viva, a fim de, só então, poder explicar seu papel histórico e suas interações com os homens (Meneses, 1983, p. 110). Essa inversão metodológica, que permite ir do documento descontextualizado (ou melhor, inserido em outros contextos: o museu, o arquivo etc.) ao objeto em seu contexto (ou sucessão deles) aplica-se, no fundo, a qualquer suporte de informação, material ou textual, oral ou iconográfico, embora nem sempre isso fique claro no trabalho historiográfico.

Uma última observação: é preciso cautela para não proceder simplesmente a uma subtração do logocentrismo por um fisicentrismo. A insistência no caráter único da cultura material para a proposição de novas questões e resolução de outras, embora positiva, deve ser ponderada: em primeiro lugar, em função de sua própria especificidade física, a cultura material oferece possibilidades, mas também apresenta limites, inclusive em comparação com outros tipos de fontes. Em segundo lugar, qualquer superioridade é circunstancial, derivada de uma vantagem estratégica criada, justamente, pelo tipo de indagação feita pelo historiador. Nesse sentido, há potencialidades e limites que são desigualmente distribuídos entre as classes documentais, o que incita a uma mobilização diversificada e complementar em que haja verdadeira interação e não apenas acúmulo. Do ponto de vista heurístico, nada justifica certas fronteiras erigidas entre arqueólogos e historiadores, como nada o justifica do ponto de vista das realidades a serem estudadas. Trata-se somente de opções táticas, de preferências de abordagem ou mesmo de capacidades que são distintamente cultivadas no âmbito de cada uma dessas disciplinas. Do mesmo modo, as afirmações de que a cultura material oferece um acesso em primeira mão, sem a intermediação ideológica própria dos escritos, portanto com maior potencial de veracidade, assim como a evocação de uma maior representatividade das fontes materiais, que permite ultrapassar os limites estreitos das elites letradas e adentrar o território das classes populares (uma “vantagem teórica democrática” nas palavras de Prown, 1982: 2), são todos postulados bem intencionados, mas que precisam ser aplicados com moderação.

## Referências

- APPADURAI, Arjun (org.). *The social life of things*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- BOVIN, Nicole. Mind over matter? Collapsing the mind-matter dichotomy in material culture studies. In: DEMARRAIS, Elizabeth et al (orgs.). *Rethinking materiality: the engagement of mind with material world*. Cambridge: McDonald Institute for Archaeological Research, 2004, p. 63-71.
- \_\_\_\_\_. *Material cultures, material minds: the impact of things on human thought, society and evolution*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.
- BUCHLI, Victor. Material culture: current problems. In: Lynn Meskell; Robert W. Preucel (orgs.). *A companion to social archaeology*. Londres: Blackwell, 2004, p. 179-194.
- \_\_\_\_\_. Introduction, in Victor Buchli (org.). *The material culture reader*. Oxford: Berg, 2004, p. 1-22.
- CSIKSZENTMIHALYI, Mihalyi. Why we need things. In: LUBAR, Steve; KINGERY, David W. (orgs.). *History from things: Essays on material culture*. Washington, Smithsonian Institution Press, 1993, p. 20-29.
- DAVID, Nicholas; KRAMER, Carol. Ethnoarchaeology: its nature, origins, and history. *Ethnoarchaeology in action*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001, p. 1-32.
- DITTMAR, Helga. *The social psychology of material possessions: to have is to be*. Hemel Hempstead: Harvester Wheatsheaf; Nova York: St. Martin's Press, 1992.
- DOUGLAS, Mary; ISHERWOOD, Baron. *The world of goods: towards an anthropology of consumption*. London: Routledge, 1996.
- HARVEY, Karen. Practical matters. In: \_\_\_\_\_. (org.). *History and material culture*. Londres: Routledge, 2010, p. 1-23.
- HICKS, Dan. The material-cultural turn. Event and effect. In: HICKS, Dan; BEAUDRY, Mary C. (orgs.). *The Oxford handbook of material culture studies*. Oxford: Oxford University Press, 2010, p. 25-98.
- \_\_\_\_\_. BEAUDRY, MARY C. Material culture studies: a reactionary view. In: \_\_\_\_\_. BEAUDRY, Mary C. (orgs.). *The Oxford handbook of material culture studies*. Oxford: Oxford University Press, 2010, p. 1-21.
- HODDER, Ian. *Symbols in action*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.
- KNAPPELT, Carl. *Thinking through material culture: an interdisciplinary perspective*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2005.
- MENESES, Ulpiano Bezerra de. A cultura material no estudo das sociedades antigas. *Revisão de História*, n. 115, 1983, p. 103-117.
- MILLER, Daniel. *Material culture and mass consumption*. Oxford: Blackwell, 1987.
- \_\_\_\_\_. (org.). *Material culture: Why some things matter*. Chicago: The University of Chicago Press, 1998.

